

MAIO – 1979

Operários retomam seu dia

Página 3

NESTE 1º DE MAIO, PATRÃO NÃO TEM VEZ



O comparecimento maciço e a combatividade deram nova qualidade às lutas operárias deste ano.

Depois de muitos anos de desorganização e sufoco, a luta dos trabalhadores volta a avançar. A movimentação e as greves de um ano para cá transformaram a consciência do trabalhador. Uma prova disso é o 1º de Maio Unitário marcado para o ABC, e outras manifestações, como a de Guarulhos. Neste 1º de maio, os operários abandonaram as festas oficiais e assumiram seu dia.

A intervenção em Guarulhos

O DOPS chegou bem cedo ao Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos na manhã do dia 2 de abril de 1964. Logo depois, chegava o interventor, Joaquim dos Santos Andrade (hoje presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), nomeado pelo governo dos militares que derrubaram João Goulart naquele ano. O presidente do Sindicato de Guarulhos era José Mathias (hoje um feirante). «Eles nos acusavam de só fazer agitação. Mas nossa agitação era fortalecer as bases nas fábricas para nosso direito ser respeitado», conta ele, em reportagem publicada na Pág. 7.



José Mathias, líder sindical cassado



Congelamento de preços é uma das bandeiras de luta deste 1º de Maio. Mas não do jeito que o governo fez. Trabalhador quer medidas efetivas para conter custo de vida. Pág. 2.

Professores, garis e serventes, cozeiros e médicos, todo o funcionalismo público entra em greve por melhores condições de vida e aumento salarial. Pág. 2.

Esta Edição é especialmente dedicada ao Dia do Trabalhador e fala de sua história e de suas reivindicações.

Em Chicago, quatro enforcados

Última página

Pacote não beneficia trabalhador

Neste mês que passou, em abril, o governo Figueiredo anunciou uma série de medidas econômicas (os chamados «pacotes») para tentar controlar inflação e custo de vida. Uma dessas medidas prevê o congelamento de preços de vários produtos durante o prazo de dois meses, de 9 de abril a 9 de junho. O congelamento de preços é uma medida que vem sendo reivindicado pela população trabalhadora há muito tempo e por entidades e movimentos surgidos nos últimos tempos, como o Movimento Contra a Carestia. Mas, será esse o congelamento de preços que os trabalhadores estão exigindo?

O Movimento Contra a Carestia já fez um levantamento da situação e mostra algumas conclusões interessantes:

- 1) O governo não publicou uma lista dos preços que não podem ser aumentados. Dessa forma, não se comprometeu a fiscalizar e a garantir que a medida seja respeitada.
- 2) O acordo foi feito só com os donos de supermercados. As feiras livres, os armazéns, as quitandas ficaram de fora e, todo mundo sabe que, nos bairros, as pessoas compram mais nesses lugares do que nos supermercados.
- 3) Entre as mercadorias que não terão seus preços congelados estão muitos gêneros de primeira necessidade, como verduras e legumes.
- 4) O acordo, tendo validade por apenas dois meses, acaba beneficiando os donos dos grandes supermercados porque eles têm condições de fazer estoques e mais tarde remarcar os preços. Além disso, os pequenos comerciantes serão prejudicados porque muita gente poderá passar a comprar só nos supermercados acreditando que estão economizando.

O Movimento Contra a Carestia lembra então o que poderia ser feito para se obter um verdadeiro congelamento de preços:

- 1) Em primeiro lugar consultar o povo, porque sem participação popular para sugerir as medidas, e depois fiscalizá-las, não pode haver congelamento algum.
- 2) Ajuda aos plantadores de alimentos básicos como feijão, arroz, frutas e verduras, etc., com garantia de um preço mínimo para os produtos, facilidades de armazenamento e controle dos preços de sementes, fertilizantes e adubos.
- 3) Garantia de abastecimento direito à população sem a presença dos grandes intermediários os que são os maiores especuladores.
- 4) Eliminação dos impostos desses gêneros alimentícios básicos.
- 5) Ampliar a construção de casas populares e fixar os preços dos aluguéis.
- 6) Melhorar as condições do transporte de massa e congelar suas tarifas.
- 7) Congelar as tarifas de água, luz, gás e outros impostos.



O mínimo como plada é o máximo

No Dia do Trabalhador, o governo aproveita para anunciar o novo salário mínimo. Uma medida demagógica que vem sendo posta em prática há muito tempo para dar ao trabalhador a impressão de que está recebendo um presente ou uma recompensa por seus inúmeros sacrifícios. Mas, o estômago fala mais alto que qualquer discurso bonito. Hoje, poucos se iludem com a triste realidade do salário mínimo brasileiro. Quando é anunciado já vem superado e desvalorizado pela inflação e custo de vida.

Antes do aumento anunciado pelo presidente da República, o salário mínimo do Estado de São Paulo era de Cr\$ 1.560,00. Mas, nos primeiros meses deste ano, janeiro e fevereiro, ele já não valia isso. O valor real do salário mínimo, segundo dados do DIEESE, já tinha caído para Cr\$ 1.205,00. E quanto mais sobe o custo de vida, maior é essa diferença. Num ano, de fevereiro de 1978 a fevereiro de 1979, o aumento

dos gêneros é maior que qualquer majoração de salário mínimo: as carnes e seus derivados subiram 77,96%; os cereais, massas e farinhas 54,33% e as frutas 52,37%. Isso significa que o trabalhador que vive de salário mínimo foi obrigado a trabalhar um maior número de horas para poder comprar a mesma quantidade de comida que comprava há um ano atrás. Se não trabalhou mais, passou fome. Em fevereiro do ano passado eram necessárias 151 horas e 38 minutos de trabalho durante um mês para que o trabalhador comprasse alimentos básicos que precisa para viver. Hoje, já são precisas 160 horas e 19 minutos. Com esses dados do DIEESE, fica mais uma vez provado que só aumentar o salário não resolve a situação de ninguém. É preciso muito mais que isso: uma política econômica voltada para os interesses dos trabalhadores. E isso a classe trabalhadora só pode conquistar lutando, porque ninguém vai lhe dar de mão beijada.

Nota do editor

O 1º de Maio, Dia Universal dos Trabalhadores, é uma data muito especial. Data que lembra a luta dos trabalhadores em todo o mundo, com seus sacrifícios, suas vitórias e suas conquistas. O 1º de Maio é, pois um dia de reflexão e de novas lutas e não um simples feriado para passeios e festinhas como querem a classe patronal e o governo.

A história dessa data, é bom lembrar, está marcada por repressão, ódio e sangue. Foi num 1º de Maio, no ano de 1886, que mais de cem mil operários de Chicago, nos Estados Unidos, entraram em greve para reivindicar a jornada de oito horas de trabalho e protestar contra a exploração do trabalho do menor e da mulher. Houve incidentes violentos e quatro líderes grevistas acabaram sendo mortos. No Brasil, o 1º de Maio também tem uma

longa tradição de lutas, apesar de todo o esforço oficial para apagar isso da memória nacional. A data foi comemorada pela primeira vez no Brasil, no ano de 1895 com repressão policial em cima. E essa história vem se repetindo ao longo dos anos, até os dias de hoje.

Por tudo isso, O REPÓRTER DE GUARULHOS, um jornal que se identifica com as posições e aspirações da classe trabalhadora, não poderia deixar essa data passar em branco. Estamos lhe oferecendo uma edição especial sobre o Dia do Trabalhador. E, ao mesmo tempo, fazendo um lembrete: o 1º de Maio não é só um feriado. Participe das comemorações programadas pelos sindicatos e outras entidades de trabalhadores. Faça do 1º de Maio um dia de reflexão, de mobilização e organização dos trabalhadores.

“Barnabés” pegam trem das greves

Enquanto o sr. Paulo Salim Maluf, governador do maior Estado desta nação, viajava no seu «Trem da Alegria» e por dois dias se hospedava em Bauru às custas do dinheiro público, esquentava a greve do funcionalismo público de São Paulo, desencadeada pelo movimento paredista dos lixeiros municipais da Capital e os professores de 1º e 2º graus do ensino estadual.

Salim Maluf deixou a Capital do estado ameaçando enquadrar os grevistas na Lei de Segurança Nacional, além de outros. Como vem acontecendo desde maio do ano passado, quando os metalúrgicos do ABC entraram em greve não só continuou como se espalhou para outros setores além daqueles que a deflagaram. Professores universitários, delegados de ensino, diretores de escola, agrônomos, serventes, médicos, escrivães e cowboys também entraram em greve.

Democrático como ele só, Salim Maluf disse que, se a Assembleia Legislativa, como a Câmara Municipal de São Paulo, rejeitar o projeto de aumento do funcionalismo proposto pelo governo, «não haverá aumento». Quer dizer, ele desconhece a autoridade do Poder Legislativo que, ao contrário do governador, foi eleito pelo povo.

Usando o poder que lhe confere o posto de governador, Salim Maluf foi à televisão defender seus pontos de vista. Éta democracia! O poder constituído tem horário gratuito para dizer o que quiser, ameaçar quem luta pelos seus legítimos direitos e incitar o povo contra a greve. E o outro lado clama no deserto.

Mas, com ou sem televisão, com ou sem os poderosos meios que os governantes têm para pregar a sua verdade (?), é indiscutível que o movimento dos «barnabés» é tão legítimo quanto qualquer outro movimento grevista neste momento. Além do problema comum a todo povo brasileiro, que é o da superexploração dos que trabalham em benefício de uns poucos que se beneficiam da riqueza produzida por milhões, os professores, sobretudo, têm uma função social importantíssima. «O nosso trabalho — explicam os professores — é essencial para a formação e preparação da juventude e um salário abaixo dos limites razoáveis compromete seriamente a qualidade do ensino».

O Repórter de Guarulhos

Editora Cabuça Ltda.
r. Luiz Faccini, 597, s/32

Responsável — Névio Roberto Gomes
MTPS 9354

Impressão e Composição
Diários Associados
r. 7 de Abril, 230 — São Paulo

Enfim, o 1º de Maio operário

A combatividade e organização dos trabalhadores mudou a natureza do 1º de Maio. Este ano, a data volta a ser uma comemoração operária.

Pela primeira vez depois de 1964 teremos, este ano, um 1º de maio comemorado como uma autêntica data dos trabalhadores. Toda a movimentação operária, principalmente as greves, havida entre maio do ano passado e maio deste ano mudaram de forma bastante acentuada a situação da classe operária. Aumentaram seu grau de organização e sua capacidade de atuação e a colocaram no centro das mobilizações de massa, lugar tradicionalmente ocupado pelos movimentos de classe média, principalmente o movimento estudantil. O 1º de maio de 1968 é o exemplo mais típico desse fenômeno. Num ano em que o movimento operário tentava ressurgir após o impiedoso golpe tido em 64, promovendo inclusive greves como as de Osasco e Contagem que vão significar um marco na história do sindicalismo brasileiro, a manifestação programada para a Praça da Sé transformou-se numa autêntica passeata estudantil.

DEZ ANOS

Foi preciso dez anos para que novamente, o dia 1º de Maio fosse comemorado pelos trabalhadores. Em 1978, depois de um período de absoluto recesso nas lutas populares, os operários voltaram a comemorar o seu dia em vários pontos da Grande São Paulo. No pátio da Igreja do Bonfim, em Osasco, uma manifestação com cerca de 2.500 trabalhadores e estudantes marcava um «1º de maio Unitário e operário», «de luto e de luta», convocado por 16 oposições sindicais, comunidades de bairro, grupos de trabalhadores ligados à Igreja e com o apoio do DCE livre da USP. Foi um 1º de maio «sem governantes, patrões, políticos e pelegos»,

como quase todos os oradores fizeram questão de afirmar, e que eu seu final aprovou um manifesto com as principais reivindicações defendidas pelas oposições sindicais, ou seja: «pela unidade dos trabalhadores, por um aumento imediato de 20% a todos os trabalhadores, contra o arrocho salarial, por um salário mínimo nacional, anistia ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos, pela liberdade sindical, pela formação de comissões de fábrica e empresa, pelo direito de greve e pela liberdade de manifestação e organização para todos os trabalhadores». No dia anterior, uma série de concentrações populares, em São Miguel, Cangaíba, Itaquera e Vila Praia, marcavam o início das manifestações ligadas ao dia do trabalhador. A primeira foi convocada pela Pastoral Operária da região e as outras três tinham como objetivo o lançamento do abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida, que reivindicava aumento salarial a cima dos índices do custo de vida, abono salarial imediato e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se limitou a realizar «um ato cívico», conforme o denominou seu presidente Joaquim dos Santos Andrade, que em seu discurso apenas reafirmou as mesmas palavras de ordem «lutamos pela liberdade sindical, lutamos pelo retorno ao estado de direito e pela plena democracia».

REVOLUÇÃO

O ano de 1978, entretanto se mostrou um ano rico em manifestações autenticamente operárias, excedendo em muito as mais otimistas previsões. O movimento grevista



1978: os trabalhadores melhor organizados retornam o 1º de Maio

iniciado no dia 12 de maio com a paralização da Saab Scania, em São Bernardo do Campo, espalhou-se rapidamente por Santo André, São Caetano, Diadema, Osasco, São Paulo, Guarulhos e outras cidades. Em Guarulhos a primeira fábrica a parar foi a Olivetti, no dia 15 de junho e logo em seguida paravam a SACE, a Reisky, a VDO, a Mannesmann, atingindo um total de 12 empresas. Esse movimento rendeu, em Guarulhos, aumento para 25 mil trabalhadores de 36 empresas, e no Estado todo, 477.290 trabalhadores receberam aumento entre maio e julho, usando a greve como forma de pressão. Mais de 400 indústrias realizaram algum tipo de movimento, fora as greves menores em pequenas fábricas que nem chegaram a ser noticiadas.

COMBATIVIDADE

Em outubro, a campanha salarial dos sindicatos de Osasco, Guarulhos e São Paulo, se aproveitando do avanço de organização e da combatividade da classe operária, lançou palavras de ordem bem mais ousadas que nos anos anteriores: 30% acima do índice oficial do governo e estabilidade para as comissões de fábrica, eram as prin-

cipais reivindicações. A negativa dos patrões provocou nova onda de paralizações chegando mesmo a uma greve geral dos três sindicatos.

O resultado das negociações desagradou a maioria dos trabalhadores mas isso não quer dizer que não tenha significado um avanço na luta dos operários.

Em março de 1979, novamente o ABC abria a temporada de lutas, desta vez com a maior greve já realizada no Brasil, depois do golpe de 64. Nem a intervenção nos sindicatos diminui a importância ou a seriedade do movimento. A presença maciça nas assembleias, a organização e a combatividade mostradas pelo operariado levam a crer que o processo atual é irreversível. A classe operária está tomando consciência da necessidade de se organizar e de atuar organizadamente. Talvez seja essa a grande diferença entre o movimento operário de hoje o de um ano atrás. A atuação organizada está tirando os sindicatos do imobilismo e o movimento do espontaneísmo. É exatamente por isso que os comemorações do dia do Trabalho este ano tem tudo para ser um autêntico movimento de trabalhadores.



1968: os estudantes dominavam as comemorações da Praça da Sé



1978: um 1º de Maio de Luta e Luto, mas ainda não operário

Todos unido



Estádio Costa e Silva, de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo: o mesmo lugar que comportou cerca de 100 mil pessoas em assembleia durante a greve dos metalúrgicos do ABC, no mês de março. Este foi o local escolhido por dezenas de dirigentes sindicais do Estado de São Paulo para a comemoração do Primeiro de Maio Unificado deste ano.

A idéia de se fazer do Dia Internacional do Trabalho um dia de reflexão e discussão dos problemas do trabalhador — ao contrário das tradicionais festas promovidas pelo governo — já é antiga, mas a proposta começou a ganhar força durante a greve do ABC, principalmente depois da intervenção federal nos três sindicatos metalúrgicos daquela região. Mais do que nunca, foi nesse momento que os sindicalistas sentiram a necessidade de se unir em torno de uma estratégia de luta comum.

Depois de uma série de reuniões inter-sindicais foram escolhidos o local e as palavras de ordem para o Primeiro de Maio Unificado. A escolha de São Bernardo e do estádio de Vila Euclides como local para a concentração deve-se ao fato do grande significado que passou a ter para os trabalhadores brasileiros com a luta dos metalúrgicos do ABC, que ainda não acabou.

As cinco palavras de ordem selecionadas são as que tratam dos problemas mais imediatos do trabalhador: Liberdade e Autonomia Sindical; Direito de Greve; Garantia no Emprego; Salário Mínimo Real Unificado para todo o País e Contra a Carestia.

TODOS AQ ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES, ÀS 15 HORAS DO DIA PRIMEIRO DE MAIO, PARA AS COMEMORAÇÕES DO DIA DO TRABALHO!

J. C. MARINHO Advocacia

**João Carlos Marinho
Orlando Cruz Leite**

**Consultas trabalhistas
gratuitas**

Rua Capitão Gabriel, 183 — 1º andar — salas 1 a 3 — Fone: 209-1868
Horário: das 9 às 11,30 horas e das 16,00 às 20,30 horas

Aos sábados atendemos no mesmo horário

DR. SAMUEL SOLOMCA ADVOGADO TRABALHISTA

Nós, que militamos na Justiça Trabalhista de Guarulhos, sempre na defesa dos interesses do empregado, prestamos uma homenagem sincera ao trabalhador no dia 1º de Maio. Nossos cumprimentos, portanto, a você, trabalhador de Guarulhos, nesta importante data.

Rua 9 de Julho, 175 — sala 45 — Fone: 209.2410

Dr. Elias Miguel Temer Lulia

Advogado Trabalhista

Saúda os trabalhadores no dia 1º de Maio e comunica estar atendendo no novo escritório, na rua 9 de Julho, 175, 4º andar, sala 46. Fone: 209-2338



MADEIRAS LÉO LTDA.

especialidades

Madeiras Compensadas, Serrados, Aglomerados
Portas, Fôrnicas, Eucatex, Duraploc, Duratex,
Tabuas de Pinho, Formas para Concreto, Chapas Naval

FERRAGENS

SÃO PAULO

Rua do Gazômetro, nº 265 — Brás

PBX 229-4822

Liberdade sindical

Liberdade e autonomia sindical são condições que permitem a luta autêntica dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores. O sindicato deve ser a voz da classe operária e seguir a risca a vontade expressa dos trabalhadores. Mas para que isso seja possível tem de haver liberdade sindical. E os trabalhadores só têm essa liberdade sindical quando eles próprios organizam seus sindicatos, sem a interferência do governo, mantendo-os através de contribuições livres de seus associados.

Aqui no Brasil, no entanto, isso não ocorre, porque os sindicatos são dependentes do Governo federal, através do Ministério do Trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho não foi feita considerando as necessidades do trabalhador e não passa de uma cópia da Carta do Trabalho, do regime fascista italiano. Através desta legislação, os sindicatos passam a ter funções meramente assistencialistas, dependendo, para sobreviverem, do recebimento da contribuição sindical, que é controlada pelo governo. Assim, é deixada de lado a principal função do sindicato, que é defender os interesses dos trabalhadores.

Por isso é que os sindicatos autênticos, os que lutam pelos trabalhadores, ficam sujeitos à intervenção, como aconteceu recentemente no ABC. Se a legislação trabalhista fosse justa, nada daquilo teria acontecido.

Direito de greve

Para que as reivindicações dos trabalhadores sejam atendidas é necessário que existam instrumentos de luta que permitam contrabalançar a força do patrão.

O principal destes instrumentos é a greve, já que somente com a paralisação da empresa, afetando diretamente o lucro do patrão, os trabalhadores conseguem se colocar em igualdade com este.

Atualmente, o direito de greve é restringido ao máximo. Embora a Constituição Federal disponha que é assegurado ao trabalhador este direito, a lei 4.330, que regulamenta a greve, é tão burocrática e faz tantas exigências que na prática torna quase impossível a decretação de qualquer greve. Por isso mesmo, ela é chamada de lei anti-greve.

O governo federal, não satisfeito com isto, proibiu ainda através do Decreto Lei 1632, de 4 de agosto de 1978, qualquer tipo de greve de trabalhadores empregados em setores que considera essenciais (bancários, funcionários públicos, médicos, trabalhadores em hospitais, indústrias farmacêuticas, correios, lixeiros, etc...).

Atualmente, os trabalhadores estão conscientes do seu direito de greve. Percebendo isso, o governo, habilmente acena aos trabalhadores com pequenas alterações na legislação trabalhista dos trabalhadores, no entanto, dificilmente se deixarão enganar. Todos eles sabem que lutando é que se garante o direito de greve.

Tod
para
de su
que te
sujeito
pela e
dor ac
serviç
justa
antes
direito
salário
Em
Caran
acabou
atende
almen
compl
Brasil
rem s
para
baixos
Seg
76, en
obra
1 ano
Alema
adquir
lho, s
então,
bilida
(uma

ididos no ABC



Guarulhos também terá comemoração

Além da concentração para o Primeiro de Maio Unificado, em São Bernardo do Campo, também em Guarulhos haverá este ano uma comemoração pelo Dia do Trabalho. A Oposição Metalúrgica e a Pastoral Operária promoverão um encontro na Igreja do Taboão, na praça 8 de Dezembro, no dia 29 de abril (domingo) a partir das 16 horas, para debater os problemas dos trabalhadores.

A reunião será feita no domingo, dois dias antes do 1º de Maio, justamente para que todos também possam ir a São Bernardo para a grande concentração unificada, na terça-feira. A programação inclui pronunciamentos sobre a história do Dia do Trabalho e discussões sobre as greves do ABC, problemas e lutas de fábrica, estrutura sindical e Oposição Sindical e Pastoral Operária.

No final dos debates será exibido o filme «Para que Ninguém, Nunca Mais, Ouse Duvidar da Capacidade de Luta dos Metalúrgicos», uma promoção de O REPÓRTER DE GUARULHOS. O filme é um documentário sobre a luta e a greve do ABC, principalmente dos metalúrgicos de São Bernardo, mostrando a intervenção nos sindicatos e a repressão policial contra os operários.

Garantia no emprego

Todo trabalhador necessita do emprego para poder sobreviver e prover o sustento de sua família. É fundamental, portanto, que tenha garantia no emprego, não ficando sujeito a ser despedido sem qualquer motivo pela empresa. A CLT previu que o trabalhador adquiriria estabilidade aos 10 anos de serviço, somente podendo ser despedido por justa causa. Além disso, quando despedido antes de atingir 10 anos, o trabalhador tinha direito a uma indenização de um mês de salário para cada ano trabalhado.

Em 1966, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com a pouca estabilidade existente, atendendo a pressões das empresas, especialmente as automobilísticas, que estavam completando dez anos de instalação no Brasil, possibilitando aos patrões aumentarem seus lucros, dispensando trabalhadores para admitir outros com salários mais baixos.

Segundo o DIEESE, de 1972 a agosto de 76, em São Paulo, 64 por cento da mão-de-obra assalariada dispensada, tinha mais de 1 ano de trabalho. Um contraste com a Alemanha, por exemplo, onde o trabalhador adquire estabilidade com 6 meses de trabalho, sendo muito difícil sua dispensa; ou então, na Itália, cujas leis garantem a estabilidade após curto período de experiência (uma dezena de dias).

Salário mínimo real unificado

A partir de 1964 foi instituída uma política salarial de arrocho visando baratear a mão-de-obra para aumentar o lucro das empresas, trazendo em consequência um empobrecimento progressivo do povo e obrigando o trabalhador a aumentar sua jornada de trabalho, fazendo horas-extras para conseguir o mínimo necessário à sua sobrevivência.

O salário mínimo, que foi instituído no Brasil em 1936 depois de longas lutas dos trabalhadores, teve seu valor drasticamente reduzido, sendo que em 1974 o seu valor real já era de 54,58 por cento do salário mínimo de 1952. Agravando este quadro, o valor do salário mínimo varia de acordo com a região: ele é bem menor nas áreas menos desenvolvidas, como no Norte e Nordeste.

Como a alta do custo de vida é igual para todos, há uma tendência dos trabalhadores das regiões mais pobres irem procurar emprego nas áreas mais desenvolvidas, aumentando as diferenças regionais e possibilitando uma maior exploração de todos os operários. Por isso, torna-se urgente e necessário a unificação do salário mínimo para todo o território brasileiro e sua elevação a níveis compatíveis, que satisfaçam as mínimas condições de vida, como habitação, alimentação, educação, saúde, transporte e lazer.

1º de Maio

O 1º de Maio, data dedicada aos trabalhadores, vai perdendo cada dia os seus objetivos tradicionais. Em outras épocas, o 1º de Maio era festejado pelos trabalhadores para lembrar a luta travada em Chicago pelos 8 horas de trabalho. Hoje, as festas realizadas pelos Ministerios e pelas Secretarias de Trabalho são muito mais demagógicas do que reivindicatórias.

O Dia 1º de Maio não é dia de festas e sim de luta e tristeza, porque sabemos que, pouco a pouco, está se perdendo tudo aquilo que se conseguiu com luta e sacrifício. O significado do 1º de Maio está sendo roubado, quando sabemos que uma pequena parcela trabalha 8 horas normais, e a maior parte trabalha 10 a 12 horas por dia. E isso porque recebem um salário de miséria, sendo obrigados a trabalhar além da sua capacidade, enriquecendo ainda mais os multinacionais.

O 1º de Maio, aos poucos, está deixando de ser um dia de luta dos trabalhadores para se transformar em privilégio das secretarias de Trabalho, quando são anunciados os salários de fome e o projetos demagógicos do Governo, em detrimento de milhares de trabalhadores.

Espero que este 1º de Maio seja um marco para a grande luta pelas bandeiras que agora são levantadas: garantia de emprego, salário mínimo nacional, autonomia e liberdade sindical, congelamento de preços e anistia.

João Pedro da Silva

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Guarulhos.

AOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE GUARULHOS

No momento em que a classe trabalhadora comemora em todo o mundo, o seu dia, relembrando as grandes conquistas que obteve com suas lutas, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Guarulhos se associa a esta comemoração. Este Sindicato vem trazer, aos seus associados e à totalidade dos trabalhadores da numerosa categoria comercial, os mais efusivos cumprimentos. Nesta oportunidade, também, a Diretoria se coloca à disposição para servir a todos os comerciários na defesa de seus interesses legítimos.

Walter dos Santos
Presidente

Sede própria: rua 15 de Novembro, 85, sala 61 — Fone: 208.6801

Aos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Guarulhos

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Guarulhos congratula-se com a classe têxtil de Guarulhos pela passagem de mais um 1º de Maio, data magna do Trabalho, aproveitando o ensejo para agradecer a colaboração recebida, solicitando à classe trabalhadora que continue apoiando o seu Sindicato, procurando sindicalizar-se, participando mais ativamente da vida da entidade.

Sede própria: rua Harry Simonsen, 174 — Centro — Fone: 299.0022

LIVRARIA TEMPOS MODERNOS

Agora você já não precisa mais ir a São Paulo para comprar o livro que precisa.

Venha comprovar. Rua Luiz Gama, 153 — Centro — Guarulhos

AOS OPERÁRIOS GUARULHENSES



No Dia do Trabalho, a Administração NÉFI TALES saúda todos aqueles que com o seu esforço ajudam o progresso do Brasil.

Muitos anos se passaram, desde o movimento que se fez, para que hoje todo o mundo comemorasse este dia.

Em Guarulhos não poderia ser diferente, ciente de sua responsabilidade no cenário econômico do País, contribuimos em todos os setores de atividade para que alcancemos o tão almejado desenvolvimento.

Os trabalhadores, principais agentes do progresso, muito podem fazer pelo seu País. O trabalho de cada um é o progresso de todos distribuindo riquezas.

Neste dia, a Administração NÉFI TALES ressalta o trabalho realizado pelos operários do parque Industrial de Guarulhos, com suas 1.300 indústrias.

Parabéns operários

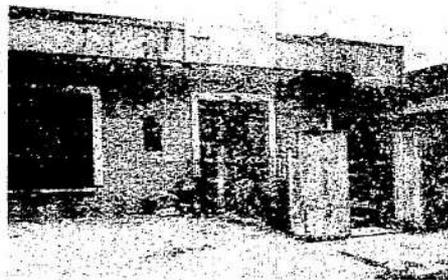
Administração NÉFI TALES — OSWALDO DE CARLOS

Intervenção em Guarulhos

Com o golpe de 64, o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção federal. «Foi logo, logo. No dia 2 de abril, o DOPS chegou. Eu estava lá», conta o então presidente e um dos fundadores do sindicato, José Mathias, que depois de «cassado» como líder sindical e passar dificuldades hoje é feirante.



José Mathias, presidente de um sindicato que era «apreciado pela briga que fazia direitos do trabalhador».



A maior prova em Guarulhos, da falta de liberdade e autonomia sindical foi a intervenção sofrida pelo Sindicato dos Metalúrgicos em abril de 1964. O sindicato não tinha nem dois anos de existência e já havia comandado muitas lutas. Era presidente na época o operário José Mathias, da Borlem, um dos fundadores do sindicato. «O Repórter de Guarulhos» colheu o depoimento de José Mathias sobre os problemas do sindicalismo brasileiro vistos a partir da rica experiência de um dirigente sindical que caiu de pé. Eis sua história:

«Já existia falta de liberdade sindical antes de 1964. Não podíamos manejar o dinheiro do sindicato como entendíamos que seria útil aos trabalhadores. A verba era controlada pelo Ministério do Trabalho que dizia em que a gente podia gastar. Hoje a coisa ficou pior ainda. Segundo a leis do governo a função do sindicato no Brasil é dar assistência social que o governo deveria dar.

«Hoje o sindicato é apreciado pelos trabalhadores devido à assistência médica e também a outros serviços semelhantes que ele presta. Mas antes o sindicato aqui em Guarulhos era apreciado pela briga que fazia defendendo os direitos do trabalhador não respeitados pelos patrões. Naquela época o sindicato era muito mais autêntico, o pessoal confiava demais no sindicato.

O ferro em brasa, a laminação em greve

«Vou dar um exemplo de como agia o sindicato naquela época. Havia uma firma que mandava embora os operários sem direitos e quando eles iam para a Justiça a firma mandava embora também as testemunhas. É a Laminação Santo Estéfano. Na época da eleição sindical nós colocamos na diretoria um companheiro daquela fábrica, mas a firma não foi avisada disso. No primeiro processo movido contra a firma o companheiro, que então tinha estabilidade de dirigente sindical, serviu de testemunha. Foi pra lá. A firma não deixou ele entrar nos dias seguintes. Nós fizemos uma assembleia com os operários da empresa que toparam a briga e ficou combinado que o sindicato daria o sinal para o início do movimento. Alguns dirigentes do sindicato

to foram à fábrica e os patrões não quiseram nem conversa. Os dirigentes deram o sinal e ficaram do lado de fora da fábrica. O pessoal da fábrica parou como um relógio. Lá estava o ferro em brasa e a laminação em greve. Os patrões ficaram loucos. Pediram aos dirigentes que entrassem para negociar. Nós nos recusamos. Levamos todos os grevistas ao sindicato para discutir tudo que seria reivindicado. Depois chamamos os patrões ao sindicato para acertar as coisas. Eles cedaram. Conseguimos reintegrar o companheiro e ganhar muitas outras reivindicações, inclusive formando uma comissão interna de empregados para fiscalizar o acordo.

No dia 2, chegou o DOPS e o Joaquim

«O sindicato aqui logo no seu começo participou de grandes lutas econômicas e políticas. Ele foi fundado em 1962. Em novembro de 1963 tivemos a nossa maior greve. Foi por aumento de salário. A greve foi de várias categorias. Foi comandada pelo Pacto de Ação Conjunta formado aqui dentro de um pacto geral entre sindicatos por todo o Brasil, que visava à formação de um Comando Geral dos Trabalhadores no País. É claro que antes também houve grandes greves. Em 1961 teve a greve pela posse do Jango Houve 141 prisões na Borlem. Naquela época a repressão também baixava.

«Na diretoria do sindicato só tinha dois diretores desligados da produção. Mas o sindicato naqueles inícios não tinha às vezes dinheiro nem para pagar o salário destes diretores. Alguns meses nós tivemos que fazer vaquinha para garantir dinheiro para os salários, inclusive do médico.

«Com o golpe de 64 veio a intervenção no sindicato. Foi logo, logo. No dia 2 de abril o DOPS chegou. Eu estava lá. Eles me comunicaram que estava decretada a intervenção e que eu não podia sair do sindicato até a chegada do interventor. Ainda de manhã chegou o interventor nomeado pelos militares. Era o Joaquim dos Santos Andrade, atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O Joaquim já entrou pra quebrar. Bateu um memorando às dez da

manhã pelo qual eu, destituído da diretoria teria que me apresentar ao meio-dia na Borlem para voltar a trabalhar, sob pena da perda de minha remuneração. O Joaquim nomeou uma peritagem nas finanças do sindicato, mas não acharam nada de errado. Ao contrário, os peritos concluíram que o sindicato estava devendo o salário dos diretores e funcionários. Nós mantivemos sempre a contabilidade de acordo com as exigências do Ministério. O que exigia inclusive que tirássemos de nosso bolso gastos que deveriam ser do sindicato, como despesas com viagens em que iam representar o sindicato em pactos sindicais, em manifestações como o comício de 13 de março no

Rio pelas reformas de base. «O Joaquim Andrade ficou aqui o tempo suficiente para formalizar uma outra diretoria do sindicato. Não houve nem condições de sair uma oposição, pois os antigos diretores ou eram constantemente perturbados pela polícia ou tiveram até que sair de Guarulhos, e os companheiros mais atuantes das fábricas foram mandados embora. No tempo que ficou aqui na intervenção o Joaquim melhorou a assistência social do sindicato. Justamente o papel que o governo quer que os sindicatos cumpram no Brasil. Eles nos acusavam de fazer só agitação. Mas a nossa agitação era fortalecer as bases nas fábricas para o nosso direito ser respeitado.

Câmara saúda os trabalhadores

Muitas coisas foram escritas em louvor ao trabalho e poucas não foram aqueles que dedicaram a sua existência analisando e criando teorias sobre o trabalho. Todavia, acreditamos que em todas as épocas a maior preocupação é a busca incessante de melhores recompensas, e, por tudo a indicar o binômio trabalho e recompensa será a tônica de todos os conflitos sociais.

A nós que longe estamos da posição de analistas, procurando esta ou aquela solução, mas tão somente, como representantes diretos desta ou daquela classe laboriosa nos imparamos no mesmo grito e na mesma procura, sem porém nos entregarmos aos extremos. Acreditamos que o trabalho é inerente à espécie humana como tal somente ele é capaz de redimir os homens de todas as tentações nefastas. Acreditamos e de outra forma não podemos pensar, que só a moderação de utilização dos meios é que se poderá chegar a uma posição conciliatória em meio ao conflito surgido. A história está a nos mostrar a impossibilidade de atitudes impensadas, levando-nos à crença inabalável de que somente através do diálogo é que poderemos obter resultados positivos e que a todos beneficiarão.



João Moreira Luna, presidente da Câmara Municipal.

Nesse diapasão de paz e amor é que levamos essa mensagem ao trabalhador brasileiro afirmando-lhe que estamos a par de todas as dificuldades e que adormecidos não nos encontramos e nos dispomos à luta, a luta pacífica, ordeira e cristã, porque só obtivermos o desejado. Que Deus nos abençoe a todos.

- JOÃO MOREIRA LUNA — Presidente
- VALDOMIRO VELOSO DA SILVA — Vice-Presidente
- EDSON ALVES DAVID — 1º Secretário
- MÁXIMO KATUHIRO SENDAY — 1º Vice-Presidente
- OTOYA SATO — 2º Secretário
- VALTER SANTANA DE ALMEIDA — 3º Secretário
- JOEL J. POLACHINE FIGUEIREDO — 4º Secretário
- RAFAEL RODRIGUES FILHO — Vereador
- ANTÔNIO PETITO — Vereador
- NAIM JORGE ZEITUNE — Vereador

- JOSÉ RIBAMAR MATOS DA SILVA — Vereador
- APARECIDO PADILHA MARTINS — Vereador
- ELISIO DE OLIVEIRA NEVES — Vereador
- ELIZO ROSIGNOLI — Vereador
- FRANCISCA L. PINHEIRO CANDÊA — Vereadora
- GABRIEL SILVA — Vereador
- GASPARINO JOSÉ ROMÃO — Vereador
- KAN KISE — Vereador
- PAULO ROBERTO CECCHINATO — Vereador
- RUBENS DE ALMEIDA BARBOSA — Vereador

O REPÓRTER

de GUARULHOS
Documento

ANO III - Nº 14 - maio 1979 - C\$ 2,00

A verdade das lutas operárias

O 1º de Maio não foi sempre um feriado. Começou como um dia de luta da classe operária por seus direitos e em que muitos trabalhadores deram a vida.



Manifestação de 1º de Maio, no Anhangabau, em 1947.

O 1º de Maio não é um «presente» que governos e patrões «deram» aos trabalhadores. A comemoração dessa data é para lembrar a luta violenta, e sangrenta, que os operários da Europa e Estados Unidos travaram há mais de cem anos para conquistar a jornada de oito horas de trabalho.

A conquista das oito horas começou na Europa e Estados Unidos porque foi lá que também começou a industrialização; foi lá que nasceu o mundo moderno, com suas enormes fábricas que concentram milhares e milhares de operários gerando riquezas incalculáveis, riquezas que, produzidas por milhões de homens, são apropriadas por uns poucos milhares de outros, os proprietários dessas fábricas.

Oito horas contra a superexploração

Desde fins do século 18, operários ingleses realizavam manifestações a favor de uma jornada de trabalho menor. No decorrer do século 19, o movimento dos trabalhadores adquiriu força através da ação da Associação Internacional dos Trabalhadores e das Ligas de Oito Horas, que reuniam operários na luta por aquele objetivo.

No Brasil, essa luta começou mais tarde, pois a indústria e consequentemente o operariado demoraram a surgir. Até 1883, aqui ainda existia a escravidão, ou seja, um homem era dono de outros homens aos quais explorava como bem entendesse, tendo sobre eles inclusive poder de vida e morte (mas nenhum dono de escravo mataria sem mais nem menos essa ferramenta humana, para não ter prejuízo. Escravos custavam caro).

Dois anos antes de a escravidão no Brasil acabar, por decreto, a Federação dos Grêmios e Sindicatos Organizados dos Estados Unidos e

Canadá (intersindical desses dois países) decidiu realizar uma série de manifestações, como greve geral, comícios, passeatas, no 1º de maio de 1886. A principal palavra de ordem desse 1º de maio era pela jornada de oito horas de trabalho — reivindicação que pretendia diminuir a intensa exploração da massa trabalhadora, que se matava por 14 ou 16 horas diárias em fábricas insalubres, sem as menores condições de segurança e higiene. Também protestavam contra a exploração do trabalho das mulheres e crianças e o desemprego.

Em Chicago, um dos maiores centros industriais dos EUA, o quarto dia da greve geral foi marcado por um comício de 110 mil trabalhadores que terminou numa verdadeira batalha entre operários e a polícia e no qual uma bomba explodiu entre os policiais e estes reagiram abrindo fogo sobre a massa. A partir desse dia, a violência do governo contra o operariado, acusado de ter jogado a bomba aumentou. Sindicatos, jornais e líderes operários sofreram a dura repressão governamental.

Nos EUA, a força para os operários

Os oito principais líderes sindicais de Chicago foram presos e condenados à morte. Quatro balançaram na forca, um suicidou-se e os outros três tiveram a pena de morte comutada para prisão perpétua mas foram libertados em 1893 quando ficou provado que os trabalhadores não eram responsáveis pela bomba. Em 1887, a Associação Internacional dos Trabalhadores cuja sede era em Londres, assumiu o 1º de maio como Dia do Trabalhador, em homenagem aos oito de Chicago. Em 1890, pressionado pela determinação e luta dos trabalhadores, o

Congresso norte-americano fez uma lei estabelecendo as oito horas de trabalho.

Só neste século, bem depois dos acontecimentos de Chicago, é que se falou em 1º de Maio no Brasil, apesar de já haverem indústrias (pequenas) nas principais cidades brasileiras mesmo antes do fim da escravidão e de a situação do então recém-nascido operariado brasileiro ser tão ruim ou pior que a do operariado norte-americano e europeu.

Operariado forte, repressão maior

Em 1900, trabalhadores da construção civil fundaram em Santos a Sociedade 1º de Maio, que em 1902 organizou a primeira comemoração do Dia do Trabalho no Brasil. Nos anos seguintes, a data (que não era feriado) passou a servir para manifestações operárias e ponto de referência para a luta dos operários brasileiros contra diferentes problemas, em diversas cidades do país.

Assim, em 1906, depois do Congresso Operário que reuniu representantes de diferentes regiões brasileiras, em abril, no Rio de Janeiro, os operários saíram às ruas no 1º de Maio defendendo a jornada de oito horas de trabalho. Nos anos seguintes, um número cada vez maior de trabalhadores passou a participar do 1º de Maio, reivindicando seus direitos e rejeitando o desvirtuamento do sentido da data para evitar que ela fosse reduzida à condição de «festa do trabalho».

A partir da década de 30, a repressão governamental ao movimento operário brasileiro aumentou, na mesma medida em que crescia a força do operariado e sua capacidade de reivindicação, que se tornaram possíveis com a crescente industrialização do país e a consequente concentração das massas

trabalhadoras nas grandes cidades.

Pressionados pelas demonstrações de força dos trabalhadores, o governo e os grupos sociais a que ele estava ligado fizeram uma legislação trabalhista, que foi falsamente apresentada como uma «concessão», um «presente», aos trabalhadores. Na verdade, tal legislação não passava de manobra para iludir os trabalhadores. Parecia aceitar suas reivindicações, mas, na prática, permitia que a situação de superexploração do trabalhador brasileiro continuasse. Por exemplo, foi regulamentada a jornada de oito horas de trabalho, porém o nível dos salários vigentes, desde aquela época, e as ameaças dos empregadores anularam o limite de oito horas.

Não desapareceram as razões da luta

Não é segredo para ninguém que a maioria dos trabalhadores é obrigado a fazer horas extras para completar o necessário à sua sobrevivência, que o salário normal mal chega a cobrir. Além disso, grande número de trabalhadores se vê obrigado a ter mais de um emprego ou fazer «bicos» para completar o salário. Sem falar que o tempo gasto na locomoção de casa para o trabalho deveria estar incluído na jornada de trabalho.

Portanto, ainda não desapareceram as razões que fizeram do 1º de Maio um dia de referência lembrança e reflexão sobre a luta do operariado por seus direitos legítimos. A História — e o próprio dia a dia do trabalhador — mostram que a data não tem nada de festiva, de «histórica», uma coisa morta. Pelo contrário, é um dia vivo, que sim baliza a luta diária dos operários para conquistarem todos seus direitos e assumirem a posição central na condução de seus destinos.